



miguilim

revista eletrônica do netlli

volume 12, número 3, set.-dez. 2023

“AS MINORIAS TÊM QUE SE ADEQUAR”: A EXCLUSÃO DO SUJEITO NO DISCURSO AUTORITÁRIO



“MINORITIES MUST ADAPT”: THE EXCLUSION OF THE SUBJECT IN AUTHORITARIAN DISCOURSE

Wesley Felipe Andrade ASSIS
Universidade Federal de Lavras, Brasil

Amanda Batista da SILVA
Universidade Federal de Lavras, Brasil

RESUMO | INDEXAÇÃO | TEXTO | REFERÊNCIAS | CITAR ESTE ARTIGO | AUTORIA
RECEBIDO EM 26/06/2023 • APROVADO EM 03/11/2023
DOI: <https://doi.org/10.47295/mgren.v12i3.960>

Resumo

O presente artigo tem como objetivo analisar a construção do inimigo, pelo processo discursivo, a partir do discurso proferido por Jair Bolsonaro, em 14 de julho de 2022. Pretendemos, com esta análise, compreender o processo de construção do outro como inimigo que legitima a imagem de si com base no conceito de formação imaginária, e entender os efeitos de exclusão do sujeito operados nessa relação. Nossa pesquisa ancorase na teoria do discurso materialista, por meio dos estudos de Pêcheux (2006, 2014) e de Orlandi (2011, 2012), da concepção de formações imaginárias tratada por Orlandi (2012), das noções de formação discursiva, de exclusão e de vontade de verdade trabalhadas por Foucault (1996, 2008), e da construção do inimigo em Eco (2021). A metodologia adotada é de caráter qualitativo, de cunho bibliográfico, em um processo interpretativo e reflexivo

em que o *corpus* de análise é constituído pelo discurso proferido por Bolsonaro, veiculado pelo site da UOL, na notícia de manchete: “Bolsonaro contraria Constituição e diz que ‘minorias têm que se adequar’”. A pesquisa se justifica por expor o perigo da proliferação indefinida de determinados discursos que portam uma vontade de verdade sobre o outro. Nossa hipótese é de que a construção do outro como inimigo se torna a ferramenta indispensável de regimes de traços autoritários que marca a posição ideológica daquele que fala, além de mostrar como o discurso (re)coloca em circulação o interdiscurso. Conclui-se, nesta pesquisa, que o discurso proferido pelo ex-presidente carrega uma vontade de verdade que, em um processo discursivo, constrói o outro para combatê-lo e excluí-lo a fim de legitimar e manter o poder.

Abstract

This article aims to analyze the construction of the enemy, through the discursive process, based on the speech given by Jair Bolsonaro on July 14, 2022. We intend, with this analysis, to understand the process of constructing the other as an enemy that legitimizes the image of oneself based on the concept of imaginary formation, and to understand the effects of exclusion of the subject operated in this relationship. Our research is anchored in the theory of materialist discourse, through the studies of Pêcheux (2006, 2014) and Orlandi (2011, 2012), the conception of imaginary formations treated by Orlandi (2012), the notions of discursive formation, of exclusion and the will to truth worked by Foucault (1996, 2008), and the construction of the enemy in Eco (2021). The methodology adopted is qualitative, of a bibliographic nature, in an interpretative and reflective process in which the corpus of analysis is constituted by the speech given by Bolsonaro, conveyed by the UOL website, in the headline news: “Bolsonaro contradicts the Constitution and says that 'minorities have to adapt'” (“Bolsonaro contradicts the Constitution and says that 'minorities have to adapt'”). The research is justified for exposing the danger of waiting indefinitely for certain discourses that carry a will to the truth about the other. We hypothesize the construction of the other as an enemy becomes the indispensable tool of regimes with authoritarian traits that mark the ideological position of the speaker, in addition to showing how the discourse (re)puts the interdiscourse into circulation. It is concluded, in this research, that the ex-president's speech carries a will to truth that, in a discursive process, builds the other to fight and excludes them to legitimize and maintain power.

Entradas para indexação

Palavras-chave: Discurso autoritário. Formações imaginárias. Vontade de verdade.

Keywords: Authoritarian discourse. Imaginary formations. Will of truth.

Texto integral

Introdução

A análise do discurso materialista, também conhecida como análise de discurso francesa de vertente pecheutiana, tem como marco inicial a obra *Análise automática do discurso* (1969), de Michel Pêcheux, e considera o texto em sua opacidade significativa, ou seja, leva-se em conta a sua múltipla possibilidade significativa. Isso quer dizer que os sentidos podem se deslocar e se ressignificar com o passar do tempo ou mesmo a partir de diferentes contextos nos quais

possam circular e significar. Nessa teoria, procura-se compreender os sentidos produzidos pelo sujeito interpelado sócio-histórico-ideologicamente.

Nesse campo de saber, a linguagem não é considerada como transparente, e tampouco procura encontrar o sentido único e verdadeiro do texto relacionado à informação, mas a um processo material de construção determinado social, histórica e ideologicamente por meio das práticas discursivas. Uma das especificidades da análise do discurso é que o objeto ao qual ela produz “resultado” não é um “objeto linguístico, mas um objeto sócio-histórico onde o linguístico intervém como pressuposto” (Pêcheux, 2014, p. 191).

Segundo Pêcheux (2014, p. 76), “um discurso é sempre pronunciado a partir de condições de produção dadas”, por isso, é preciso remetê-lo às relações de sentido nas quais é produzido, pois o processo discursivo não tem um ponto zero. A partir do discurso, o sujeito evoca certo acontecimento e daí se produz novos dizeres. Nessa relação, o sujeito se posiciona como ouvinte do próprio discurso que o leva à antecipação do que o outro vai pensar. De acordo com Pêcheux (2014, p. 78), “é impossível analisar um discurso como um texto [...], é necessário referi-lo ao conjunto de discursos possíveis a partir de um estado definido das condições de produção”.

É necessário, ainda, afirmar que o discurso é estrutura e acontecimento (Pêcheux, 2006). Em outras palavras, o trabalho sobre o discurso remete ao sistema linguístico (à estrutura) e, também, à sua prática, que é marcada por ser única e pelo seu funcionamento opaco, haja vista que, por meio do gesto de interpretação e descrição de um dizer realizado por um sujeito, questões que dizem respeito à estrutura e à equivocidade do acontecimento serão iminentes no trabalho do analista do discurso.

Nesse sentido, os próximos tópicos procuram elucidar algumas questões que regem este estudo: o sujeito - ideológico por essência; a vontade de verdade imbricada no discurso dos sujeitos; os diferentes efeitos de sentido situados e presentes nas formações discursivas e na história; e, por fim, o acontecimento discursivo que este trabalho pretende analisar, “As minorias têm que se adequar”, proferido por Jair Bolsonaro.

Sujeito e ideologia

A teoria materialista do discurso busca compreender a relação língua e mundo, sendo o discurso o lugar de materialização da ideologia. Orlandi (2012, p. 15), retomando Pêcheux, diz que “não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia”. A ideologia permite pensar o homem como animal ideológico, sua especificidade enquanto parte da natureza. Assim, ideologia e inconsciente dissimulam sua existência no interior do próprio funcionamento, produzindo evidências subjetivas nas quais se constitui o sujeito.

O que oculta a evidência de que sou a única pessoa que pode responder “sou eu” à pergunta “quem é?” é de que o sujeito é desde sempre um indivíduo interpelado em sujeito. A ideologia fornece as evidências pelas quais todos saibam as representações, e atua no processo de que uma palavra, um enunciado, diga o que realmente diz sob a transparência da linguagem. Aí reside o caráter material

do sentido das palavras e dos enunciados. Tudo isso constitui da dependência constitutiva do todo complexo das formações ideológicas.

Como dito por Orlandi (2012, p. 43), “não há sentido sem interpretação e [...] diante de qualquer objeto simbólico o homem é levado a interpretar”. A ideologia aparece produzindo evidências e situa o homem na relação imaginária com suas condições materiais de existência:

a ideologia, por sua vez, nesse modo de a conceber, não é vista como conjunto de representações, como visão de mundo ou como ocultação da realidade. Não há aliás realidade sem ideologia. Enquanto prática significativa, a ideologia aparece como efeito da relação necessária do sujeito com a língua e com a história para que haja sentido (Orlandi, 2012, p. 46).

O sujeito do discurso não pode ser pensado como pessoa física, pois, enquanto interpelado sócio-histórico-ideologicamente, é preciso pensar o sujeito na posição que ocupa para dizer alguma ideia. E para dizê-la, o sujeito é livre e submisso ao mesmo tempo: pode tudo dizer desde que se submeta à língua. Daí resulta-se o assujeitamento (Orlandi, 2012). O assujeitamento é da ordem do inconsciente e, por meio deste, pode produzir sentidos diferentes conforme as diferentes posições subjetivas. A apropriação da linguagem pelo sujeito é social, histórica e ideológica. O sujeito reproduzido pela ideologia tem a impressão da transparência do discurso, criando a ilusão de ser a origem do que diz, quando, na verdade, a opacidade é marcada pela ideologia (Orlandi, 2012).

Os processos discursivos não têm sua origem no sujeito, mas se realizam nele. Essa contradição é própria ao sujeito e ao que se chama de assujeitamento. O indivíduo interpelado em sujeito de seu discurso se identifica à formação discursiva que domina seus dizeres. A identificação fundadora da unidade (imaginária) do sujeito se apoia aos elementos do interdiscurso, da memória discursiva, “que constituem, no discurso do sujeito, os traços daquilo que o determina, [e] são reinscritos no discurso do próprio sujeito” (Pêcheux, 2014, p. 150).

O discurso não se trata necessariamente de transmissão de informações entre “A” e “B”, mas de efeito de sentidos a partir de lugares determinados na estrutura de uma formação social. Esses lugares estão representados nos processos discursivos em que são colocados em jogo. Para que um processo discursivo possa ocorrer, é necessária a existência das formações imaginárias que designam o lugar que “A” e “B” se atribuem, cada um a si e ao outro, imagens que fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro (Pêcheux, 2014, p. 82).

Segundo Orlandi (2012), o discurso sempre se relaciona com outros dizeres “realizados, imaginados ou possíveis”. Nesse processo, relações de sentido são estabelecidas constantemente com retomadas e apontamentos, ou seja, são discursos outros que os sustentam, assim como apontam para dizeres futuros. Outro mecanismo que faz o processo discursivo funcionar é o de antecipação, em que o sujeito se coloca (imaginariamente) no lugar do outro, “ouvindo” suas próprias palavras. O sujeito “antecipa-se assim a seu interlocutor quanto ao sentido que suas palavras produzem” (Orlandi, 2012, p. 37).

Além das condições de produção, da relação de sentido e de antecipação, as relações de força produzem sentido pois o lugar a partir do qual o sujeito fala constitui o que ele diz. Em uma sociedade hierarquizada, o lugar que o sujeito assume ao produzir o discurso gera relações de força, sustentadas pelo poder instituído de diferentes lugares e que significam no processo discursivo.

O sujeito se vê na relação com o outro. Desse modo, como estratégia de poder, o sujeito se apodera e constrói discursivamente a imagem e, conseqüentemente, a representação daquilo que deve ser combatido, tornando assim, na diferença de valores, o outro como inimigo. Ainda que construa com o outro, o sujeito toma a liberdade de, ao invés de entender e respeitar a alteridade, construir a imagem do outro da forma que melhor atenda às suas intenções. O sujeito “pinta e borda” com a imagem alheia para que, afinal, tenha uma construção nos moldes que queira para que, no momento do contraste, seus valores se estabeleçam como justos e adequados.

Por meio da construção da imagem do outro, o sujeito também se constrói simultaneamente. Se a imagem do sujeito que chega até si se dá na constituição do outro, como são construídos os sentidos quando o sujeito opta por construir uma imagem negativa do outro, e como isso, ao mesmo tempo, constituirá a imagem de si?

Eco (2021) apresenta um exemplo da importância do inimigo para a unidade e identidade de um povo como nação - que se reconhece como pertencente a determinado governo - ao lembrar dos Estados Unidos que, quando viu o “Império do Mal” (União Soviética) ser dissolvido, viu o risco de perder sua identidade e seu poder. Mas, como os inimigos não demoram a aparecer (ou serem construídos), Bin Laden “deu a Bush a oportunidade de criar novos inimigos, reconsolidando o sentimento de identidade nacional e, de quebra, o seu próprio poder” (Eco, 2021, p. 12).

Eco (2021) ressalta que, mesmo com as diferenças, tentar entender o outro é uma maneira de reconhecer a diversidade, de instaurar o respeito e de não negar ou apagar sua alteridade. Mas, de certa forma, “nossas pulsões mais profundas são de ordem bem diferente” (Eco, 2021, p. 28). E, por isso, as pessoas preferem guerra à paz, já que a primeira permite a um grupo de pessoas se reconhecer como “nação”. Essa é a forma que um governo encontra para legitimar-se e assegurar o equilíbrio entre classes e, se é assim, “a construção do inimigo deve ser intensiva e constante” (Eco, 2021, p. 29).

Assim, quando o sujeito constrói o outro como o ruim, como o inimigo, como o caos a ser combatido, ao se contrapor com tal imagem, se constitui como o bom, como o amigo, como a ordem a ser estabelecida e mantida. Construir o outro, então, se torna uma forma de controle da subjetividade e de exclusão do sujeito, dado que ele já não tem mais espaço para se construir.

A vontade de verdade na historicidade

Foucault (1996) defende a tese de que, em toda sociedade, a produção de discursos é realizada por meio de procedimentos. Dentre eles, estão os

procedimentos de exclusão do discurso, que são a interdição, a separação-rejeição do sujeito e a oposição entre verdadeiro e falso.

O terceiro procedimento de exclusão – que necessita ser discutido neste trabalho – diz respeito à comparação de forças de verdade que, para Foucault (1996), se apresentam em um deslocamento contínuo sustentado por um sistema de instituições que impõem e conduzem determinadas verdades. Logo, a oposição do verdadeiro e do falso é constituída historicamente pela vontade de saber que, em suma, “impunha ao sujeito cognoscente [...] certa posição, certo olhar e certa função [...]; uma vontade de saber que prescrevia [...] o nível técnico do qual deveriam investir-se os conhecimentos para serem verificáveis e úteis” (Foucault, 1996, 17-18). Desse modo, a vontade de verdade se evidencia na historicidade.

A vontade de verdade é fortificada e transportada pelas práticas discursivas, e exerce pressão e poder de interdição nos discursos proferidos em sociedade ao ser apoiada pelas instituições. Porém, essa vontade de verdade, de acordo com Foucault (1996, p. 20):

só aparece aos nossos olhos uma verdade que seria riqueza, fecundidade, força doce insidiosamente universal. E ignoramos, em contrapartida, a vontade de verdade, como prodigiosa maquinaria destinada a excluir todos aqueles que, ponto por ponto, em nossa história, procuraram contornar essa vontade de verdade e recolocá-la em questão contra a verdade.

Em outras palavras, a vontade de verdade envolta em certos discursos procura silenciar e apagar certas ideias - situadas em outras formações discursivas - que estão em combate à verdade que pretende se estabelecer discursivamente. Desse modo, a vontade de verdade é autoritária. Orlandi (2011, p. 155) define o discurso autoritário como um tipo de discurso em que “a relação com a referência é exclusivamente determinada pelo locutor: a verdade é imposta”. Na relação entre paráfrase e polissemia, ou seja, o mesmo e o diferente, o discurso autoritário se caracteriza pela produção que tende à paráfrase. Assim, se pretende a manutenção de um sentido único, uma verdade única, que se mantém na repetição do mesmo, ainda que de diferentes formas.

Sentido, formações discursivas e interdiscurso

O sentido não existe em si mesmo, mas é determinado pelas posições ideológicas em um jogo sócio-histórico em que as palavras/sentenças são produzidas (Orlandi, 2012). Ou seja, as palavras/sentenças podem mudar de sentido de acordo com as posições dos sujeitos que as empregam, mediante as formações ideológicas em que essas posições se assentam.

A formação discursiva é uma noção que permite, no campo da Análise de Discurso, entender como funciona o processo de constituição de enunciados e de sentidos. Nesse caminho, Foucault (2008, p. 43, grifo do autor), nos seus estudos referentes às regras e às formações dos enunciados, defende que:

no caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que

entre objetos, os tipos de enunciados, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma *formação discursiva*.

Em outros termos, as formações discursivas, para o filósofo, se referem à maneira como os enunciados geram modelos que engendram outros enunciados. Além disso, a formação discursiva se caracteriza por determinar o que pode e deve ser dito em uma dada formação ideológica (Orlandi, 2012). Dito isso, Orlandi (2012) aponta dois pontos para a compreensão dessa noção:

- I. O discurso pode se constituir por meio de diferentes sentidos, haja vista que as ideias que o sujeito profere se situam em uma determinada formação discursiva e não em outra. Logo, as palavras/sentenças não possuem sentido nelas mesmas, seus sentidos se situam nas formações discursivas em que se inscrevem. Isso nos leva a dizer que não existe sentido sem metáfora¹, sem transferência de sentido, isto é, as palavras/sentenças não possuem um sentido encerrado;
- II. Por meio das formações discursivas, podemos entender que palavras/sentenças iguais podem ter sentidos diferentes pois estão sujeitas às diferentes formações discursivas que as inscrevem.

Porém, o sentido não significa somente pelas formações discursivas, mas também pelas intenções de quem profere determinada palavra/sentença e pela memória discursiva, ou melhor, pelo interdiscurso. Esse é “definido como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente” (Orlandi, 2012, p. 31). É o saber discursivo que faz com que ideias proferidas atualmente tenham sentido, visto que, para que as palavras/expressões tenham sentido, elas precisam já significar pela história e pela língua. Confere-se, então, um já-dito, uma memória discursiva que, ao ser afetado pelo esquecimento², sustenta todo dizer.

É por meio deste jogo que se recebem os sentidos dos discursos: a constituição dos enunciados estabelece suas formulações, dado que o sujeito apenas formula dizeres ao se posicionar em uma perspectiva interdiscursiva. Para mais, todo enunciado situa-se no encontro da memória e da atualidade, ou seja, da constituição e da formulação (Orlandi, 2012).

O acontecimento discursivo: “As minorias têm que se adequar”

Ampliando a reflexão realizada na introdução sobre o discurso ser definido como estrutura e acontecimento, Pêcheux (2006) afirma que a língua é incompleta e, por isso, lugar do discurso. Desse modo, o discurso é caracterizado, nessa

¹ É importante ressaltar que o termo “metáfora” é utilizado neste estudo diferentemente da definição empregada no campo literário, haja vista que, no campo da AD, tal expressão se define como transferência de sentidos.

² O esquecimento é involuntário e estruturante. Conforme Orlandi (2012), o esquecimento faz parte da constituição dos sujeitos e dos sentidos.

perspectiva, como acontecimento porque é opaco e sujeito a questionamentos. Isso se justifica em consequência de que “não é certo que se possa mostrar de forma unívoca aquilo que se trata” (Pêcheux, 2006, p. 26).

Publicada no dia 15 de julho de 2022, no site UOL, a notícia escrita por Hanrrikson de Andrade, “Bolsonaro contraria Constituição e diz que ‘minorias têm que se adequar’”, traz o seguinte enunciado dito por Bolsonaro, ex-presidente do Brasil:

“Outro dia eu falei.. A mãe quer que o Joãozinho continue sendo Joãozinho. Ah, declaração homofóbica... Meu Deus do céu. Porra... Onde nós iremos? Cedendo para as minorias... As leis existem, no meu entender, para proteger as maiorias. As minorias têm que se adequar...”

De acordo com a notícia, tal declaração ocorreu no dia 15 de julho em um culto evangélico da igreja Assembleia de Deus em Juiz de Fora (MG), e tentou dar “ênfase” às discussões que interessam aos seguidores da igreja, como, por exemplo, a problemática que envolve o tema do aborto e a possível descriminalização das drogas.

Precisamos ressaltar que as condições de produção desse enunciado é o ano de 2022, em que ocorreu a eleição presidencial. Até o momento da notícia, Jair Bolsonaro estava como pré-candidato concorrendo à reeleição, e sua visita à Juiz de Fora retoma a memória do acontecimento da facada recebida por ele em 2018, ano de sua eleição. Voltar ao local do atentado após 4 anos e afirmar que “as minorias têm que se adequar” produz efeitos de sentido.

A declaração de Bolsonaro pode, na perspectiva que defendemos neste trabalho, ser considerada como estrutura e acontecimento, visto que se ancora ao sistema linguístico - à língua - para proferir tal enunciado, bem como é única e opaca, podendo ser perpassada por alguns questionamentos, como “Quem são essas maiorias que necessitam ser protegidas?”, “Quem são essas minorias que devem se adequar?”, ou melhor, “Se adequar a quê ou a quem?”.

Bolsonaro enuncia (retomando a fala do dia anterior (14/07) em Imperatriz (MA) que a mãe quer que o “Joãozinho seja Joãozinho a vida toda”. Após receber críticas de produzir dizeres homofóbicos e transfóbicos, o até então presidente da República começa dizendo “outro dia eu falei...”, mas rapidamente para sua fala e traz a formação imaginária da mãe como a pessoa responsável que deseja que o filho continue a seguir uma vida cisgênera³ e heterossexual⁴.

Ao trazer a formação imaginária da posição-sujeito “mãe”, Bolsonaro tenta se desvencilhar do que foi dito e não se responsabilizar pelo enunciado proferido. Além disso, ao evocar a figura materna, o governante procura produzir um efeito de sentido de que o ato da orientação sexual e expressão de gênero não seguir o padrão da família tradicional provavelmente deixaria a mãe “de coração partido”,

³ A cisgeneridade é a condição de um sujeito que corresponde ao gênero que lhe foi atribuído no momento de seu nascimento.

⁴ A heterossexualidade é a atração romântica/sexual entre sujeitos de identidades de gênero diferentes.

aquela que “sempre sabe o que é melhor para os filhos” e que “só quer o bem deles”.

Podemos também inferir que, para o ex-presidente da república brasileira, as pessoas estão cedendo, estão pondo outra pessoa na posse de algo, quando “permitem” que o outro decida sobre a sexualidade e a identidade de gênero a qual se identifica. Diante de tal discussão sobre a sexualidade e o poder, Foucault (1996, p. 09) defende que:

em nossos dias, as regiões onde a grade é mais cerrada, onde os buracos negros se multiplicam, são as regiões da sexualidade e da política: como se o discurso, longe de ser esse elemento transparente ou neutro no qual a sexualidade se desarma e a política se pacifica, fosse um dos lugares onde elas exercem, de modo privilegiado, alguns de seus mais temíveis poderes.

Portanto, o filósofo afirma que, por meio do discurso, são manifestados poderes. No caso do enunciado que estamos analisando, instâncias de exclusão no que tange à sexualidade de um sujeito e a vontade de verdade são características marcantes em sua constituição.

O dizer de Bolsonaro manifesta uma força de exclusão que se inscreve na história. Esse acontecimento discursivo produz uma vontade de verdade sobre os discursos oriundos de outras formações discursivas. Ao dizer “As minorias têm que se adequar”, o enunciado que Bolsonaro profere posiciona muitos dizeres que muitas minorias proferem em um lugar de submissão, visto que esse dizer manifesta um silenciamento nos posicionamentos ideológicos dessas minorias, apagando, assim, discursos que não são oriundos de formações discursivas preconizadas por esse discurso hegemônico.

Na tentativa de produzir um efeito de sentido de verdade, o sujeito que se inscreve em uma posição-sujeito de poder e de autoridade evoca a formação imaginária do outro, reconstruindo-a de forma que constitua o outro como inimigo. As formações imaginárias são remoldadas de acordo com a memória discursiva. Ao atacar uma formação imaginária, ataca-se a memória. A memória discursiva está intrinsecamente ligada aos valores e aos ideais de uma época, e o que/quem foge ao que é estabelecido como padrão (em um dado momento da história) é o inimigo que precisa ser combatido.

Segundo Eco (2021), ter um inimigo se faz necessário não só para definir a identidade de um grupo, mas também por ser uma forma de encontrar o obstáculo que sirva para medir o sistema de valores e por mostrar, na disputa, o próprio valor. Para o autor, “os inimigos são *diferentes* de nós e se comportam segundo costumes que não são os nossos” (Eco, 2021, p. 13). Na história do mundo, o diferente é sempre esse inimigo a ser combatido: o negro, o judeu, o delinquente, a mulher, a posição social do sujeito, o herege, o sujeito que possui a orientação sexual e a expressão de gênero diferente das que são dadas como normais etc. Ao longo da história, o diferente que não tem os mesmos valores da classe dominante é considerado como minoria.

Mas, quem são essas minorias presentes nesse dizer? No enunciado em específico, apontamos os integrantes da comunidade LGBTQIA+⁵ como essas minorias, haja vista que o dizer analisado é posterior a uma afirmação dada por outros sujeitos à fala do ex-presidente, a qual indica que o dizer proferido pelo sujeito é homofóbico. Isto é, se o dizer foi dado como homofóbico, esse dizer se referiu de forma discriminatória aos gays ou à comunidade LGBTQIA+.

Ao construir a imagem da comunidade LGBTQIA+ como algo errado, de valores “ruins” e que, por isso, devem ceder às majorias, há uma vontade de verdade em que a exclusão não cessa de se reforçar, de se tornar mais profunda e mais incontornável. Porém, é o tipo de exclusão de que menos se fala. Para Foucault (2008), a verdade não está nisso ou naquilo, sempre lá, mas em uma construção histórica de jogo de poder, estabelecida discursivamente.

O efeito de sentido de verdade, dessa forma, se relaciona tanto aos valores defendidos por alguém como à conveniência de apoiar e/ou refutar certos valores. O que é considerado bom e ruim, certo e errado, justo e injusto se relaciona com uma posição que se assume ao dizer alguma ideia. O lugar a partir do qual se diz influencia na construção do sentido e do valor sobre o que se fala. Logo, o que se distancia dos padrões e dos valores dos sujeitos - que mantêm/querem manter o poder - é transferido como atributos do inimigo.

Além de ser caracterizado como acontecimento, o discurso pode também ser definido como estrutura (Pêcheux, 2006). Para exemplificar essa questão, o verbo “adequar” é utilizado no dizer proferido por Bolsonaro. Esse verbo possui sentido de tornar-se ajustado e adaptado a algo, logo, podemos interpretar que, por meio da análise desse verbo, as minorias devem se conformar aos desejos e às leis que, para o ex-presidente, devem proteger as majorias. Essa interpretação se justifica devido às palavras expressarem sentidos pela história e pela língua (Orlandi, 2012).

Cabe ainda mencionar quem são essas majorias expressas no enunciado. Aqui, depreendemos, como majorias, as pessoas heterossexuais e cisgêneras que pensam que as minorias (comunidade LGBTQIA+) devem se adequar. Sujeitos esses que são exaltados e reforçados pelo lema - que retoma o *slogan* do movimento fascista “Ação Integralista Brasileira” (AIB), da década de 1930 - proferido por Bolsonaro em diversos momentos de sua candidatura para a eleição: “Deus, pátria e família”.

É importante ressaltar que a Ação Integralista Brasileira surge como um grupo liderado por Plínio Salgado, e tem como um dos documentos que marcam a fundação do partido o manifesto de 7 de outubro de 1932, também conhecido como Manifesto Doutrinário de 32. Foi um período na história brasileira de muita instabilidade política e social, em que as ideias do fascismo europeu se alastraram pelo Brasil. A doutrina integralista valeu-se de uma concepção moralista cristã que, como dito no Manifesto de outubro, defendia que “Deus dirige os destinos dos povos. O Homem deve praticar sobre a terra as virtudes que o elevam e o aperfeiçoam. O homem vale pelo trabalho, pelo sacrifício em favor da Família, da

⁵ A abreviatura LGBTQIA+ representa lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, *queer*, intersexuais, assexuais e outras orientações sexuais e identidades de gênero, respectivamente.

Pátria e da Sociedade⁶". Assim, a vontade de verdade que se busca construir a partir de certos valores constitui o discurso autoritário presente nesse manifesto e é retomada nos discursos na atualidade, como, por exemplo, o enunciado analisado, proferido pelo ex-presidente.

A família que a AIB defende, e que é retomada nos dizeres de Bolsonaro, é aquela considerada tradicional, ou seja, composta por pessoas cisgêneras e heterossexuais. Na esteira de ideias fascistas, a constante afirmação da defesa da família tradicional e, especificamente, no enunciado que estamos analisando neste estudo, promove a exclusão do sujeito simbolicamente, negando seu espaço na sociedade para se constituir. Além disso, ponderamos que a circulação e a disseminação desse discurso podem gerar um embate que vai além do simbólico, sustentando o extermínio daqueles que não se adequam aos valores tidos como tradicionais.

Assim, defendemos que esse dizer proferido por Bolsonaro possui relação com o dizer fascista porque ambos remetem a discursos que expressam uma vontade de verdade sobre determinados grupos além de uma exclusão não só simbólica, mas física também. O movimento fascista no Brasil foi marcado por negar a pluralidade de pensamentos e por defender ideias anticomunistas e antiliberais. Esse movimento preconizava uma determinada religião e uma determinada família que, no caso, distancia-se das famílias homoafetivas, as quais são atacadas pelo dizer proferido por Bolsonaro em 2022. Logo, notamos como dizeres possuem história, e como não estão estanques em uma dada situação discursiva pois estão sujeitos a retomadas e transformações.

Orlandi (2012) defende que todo enunciado se situa no ponto da memória discursiva e no ponto da formulação. A memória discursiva, ou melhor, o interdiscurso, refere-se ao que é dito atualmente, pela repetição ou até pela transformação de um dado enunciado. Portanto, o dizer 'As minorias têm que se adequar' aponta que as pessoas pertencentes à comunidade LGBTQIA+ têm que se adequar aos preceitos das majorias, ou seja, têm que seguir um padrão social caracterizado por uma família dada como tradicional, por intermédio de um homem e de uma mulher heterossexuais e cisgêneros. Em suma, o dizer proferido por Bolsonaro retoma, na atualidade, o que já foi dito na história, na forma de paráfrase sobre as minorias.

Considerando que a linguagem só faz sentido por se inscrever na história (Orlandi, 2012), o dizer proferido na igreja Assembleia de Deus, por Bolsonaro, também retoma outra memória discursiva, um já-dito que se refere à dificuldade de constituição do grupo LGBTQIA+, e, conseqüentemente, aos esforços que esse grupo, dado como minoria, possui em legitimar sua existência em sociedade. No dizer, Bolsonaro profere "As leis existem, no meu entender, para proteger as majorias". Essa afirmação confere um dos obstáculos que os sujeitos pertencentes à comunidade possuem: a existência. Isso se dá porque, para os discursos que se situam nas formações discursivas que se assemelham com esses dizeres proferidos por Bolsonaro, as minorias não possuem direitos em sociedade (e nem devem possuí-los algum dia). Desse modo, é possível deduzir que muitos integrantes da

⁶ https://integralismo.org.br/manifesto-de-7-de-outubro-de-1932/?_ga=2.235761153.1848869563.1670528981-1104662309.1669562974. Acesso em 02/11/2023.

comunidade LGBTQIA+ se encontram à margem da sociedade pela perpetuação (pela repetição) desse discurso (e, portanto, sua ação), que não ampara e não emancipa esses sujeitos.

Ainda no que se relaciona ao enunciado em análise, Bolsonaro pensa que tem conhecimento sobre o que diz, mas não tem controle sobre como os sentidos oriundos desse dizer são manifestados, pois é um sujeito assujeitado a uma ideologia, que compromete o que ele pode e deve dizer nas diferentes situações discursivas (Orlandi, 2012). Por esse motivo, esse enunciado foi dito de um determinado modo e não de outro: Bolsonaro é assujeitado a uma formação ideológica, que retoma e reintroduz palavras e expressões oriundas de determinadas formações discursivas. Essas últimas rebatem dizeres de outras formações discursivas que possuem discursos que ainda estão em processo de legitimação, como no caso de muitos dizeres proferidos pela comunidade LGBTQIA+.

Considerações finais

Procuramos, neste estudo, defender que não existe sujeito sem ideologia, haja vista que os dizeres apenas fazem sentido pela interpelação do sujeito pela ideologia. Nos escritos sobre a vontade de verdade, consideramos que muitos discursos exercem forças autoritárias a outros discursos que não são provenientes de determinadas formações discursivas, com o intuito de silenciá-los e apagá-los. Ao discutirmos sobre as formações discursivas, tentamos realizar um percurso que ressalta que o funcionamento do discurso se opera por esse espaço em que os discursos são oriundos e pelo interdiscurso, isto é, pela memória discursiva, que reintroduz os dizeres dos sujeitos nas diferentes situações em sociedade.

Por meio da análise, podemos perceber que, no discurso autoritário, a construção da verdade tende a ser assimétrica. Assim, o sujeito que quer se manter no poder, apropria-se e constrói a imagem do outro, por um processo discursivo, como o inimigo a ser combatido. Compreendemos que o dizer proferido por Bolsonaro ataca a formação imaginária da comunidade LGBTQIA+, e ataca também uma memória discursiva, produzindo um efeito de verdade única e de valores ideais, além de promover a exclusão de muitos sujeitos LGBTQIA+ em sociedade.

Portanto, a discussão empreendida e o resultado da análise deste escrito contribuem com os estudos linguísticos e, particularmente, com os estudos discursivos, ao buscar construir um trajeto que evidencia o funcionamento discursivo, relacionando elementos linguísticos ao contexto sócio-histórico, às condições de produção, ao sujeito, enfim, à ideologia. Acreditamos que a temática aqui levantada exige discussão e ampliação contínua de debate para que a manutenção de diferentes verdades e de uma sociedade plural seja garantida. Nesse sentido, pesquisas que associam autoritarismo, discurso de ódio e vulnerabilidade linguística são possibilidades de soma ao presente trabalho.

Referências

ECO, Umberto. *Construir o inimigo e outros escritos ocasionais*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2021.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 3. ed. São Paulo, Brasil: Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 7ed. Tradução Luiz Felipe B. Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

MANIFESTO DE 07 DE OUTUBRO DE 1932. Disponível em <https://integralismo.org.br/manifesto-de-7-de-outubro-de-1932/?ga=2.235761153.1848869563.1670528981-1104662309.1669562974>. Acesso em 02/11/2023.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *A linguagem e seu funcionamento*: as formas do discurso. 6. Ed. Campinas, SP: Pontes, 2011.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de discurso*: princípios & procedimentos. 10. ed. Campinas, SP: Pontes, 2012.

PÊCHEUX, Michel. *O discurso*: estrutura ou acontecimento. Tradução Eni Puccinelli Orlandi. 4.ed. Campinas: Pontes, 2006.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso (AAD-69). In GADET, F; HAK, Tony (Orgs.) *Por uma análise automática do discurso*: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas: Editora da Unicamp, 2014, p. 61-162.

UOL. Bolsonaro contraria Constituição e diz que 'minorias têm que se adequar'. Disponível em: www.noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2022/07/15/bolsonaro-defende-falas-transfobicas-minorias-tem-que-se-adequar.htm. Acesso em: 14 de nov. 2022.

Para citar este artigo

ASSIS, Wesley Felipe Andrade; SILVA, Amanda Batista da. “As minorias têm que se adequar”: a exclusão do sujeito no discurso autoritário. *Miguilim – Revista Eletrônica do Netlli*, Crato, v. 12, n. 3, p. 352-365, set.-dez. 2023.

Autoria

Wesley Felipe Andrade Assis é mestrando no Programa de Pós-Graduação em Letras pela Universidade Federal de Lavras (UFLA). Graduado em Letras Português/Inglês e suas Literaturas pela Universidade Federal de Lavras (UFLA). Atuou como bolsista no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (CAPES/PIBID). Participou como primeiro secretário no Centro Acadêmico Maria Firmina dos Reis (Letras-UFLA). Atuou como bolsista no Programa de Residência Pedagógica (CAPES) de Língua Portuguesa. Participou como voluntário no

Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica (PIVIC). Atualmente, é professor de língua inglesa e integrante do Núcleo de Estudos em Análise do Discurso (NEADi-UFLA). E-mail: wesley.andrade.277@gmail.com; ORCID iD: <https://orcid.org/0009-0004-5575-0471>.

Amanda Batista da Silva é possui graduação em Letras Port/Inglês pela Universidade Paulista (2019) e especialização em Língua Portuguesa e Literatura em contexto escolar (UNIP - 2020). É mestranda em Letras pela Universidade Federal de Lavras (UFLA). Já atuou como professora de ensino integral na educação básica. É integrante do Núcleo de Estudos em Análise do Discurso (NEADi-UFLA) e bolsista pela FAPEMIG. E-mail: amandabatista.letras@gmail.com; ORCID iD: <https://orcid.org/0009-0006-5608-2190>.